BRASIL JORNAIS

Aviação Demanda dispara com pandemia e busca de produtividade

Embraer vende cinco novos jatos a cada dois entregues

Stella Fontes
De São Paulo

A Embraer nunca comercializou tantos jatos executivos quanto em 2022. Neste ano, para cada duas aeronaves entregues, outras cinco foram vendidas pela companhia brasileira, o que, no jargão, equivale a um índice "book-to-bill" de 2,5, o mais elevado de toda a indústria e bem acima do "um para um" visto no fim de 2020. Na fila de novos pedidos, o Brasil ocupa posição relevante e essa tendência deve ser manter nos próximos anos, segundo o diretor de vendas da Embraer Aviação Executiva na América Latina, Gustavo Teixeira.

"A aviação executiva brasileira vive um novo normal, por causa da percepção de seu valor. O crescimento no Brasil tem ficado consistentemente em linha com os níveis do mercado global", disse o executivo em entrevista ao **Valor**, às vésperas da 17ª edição da Labace, maior feira de aviação de negócios da América Latina.

A Embraer levará à feira o Phenom 300, o jato mais vendido de sua categoria por dez anos consecutivos, e o Praetor 600, tido como o mais inovador entre os jatos médios. O evento, que começa nesta terça-feira no Aeroporto de Congonhas, não ocorreu nos dois últimos anos por causa da pandemia de covid-19.

Com cerca de 1,6 mil jatos entregues em mais de 70 países desde que entrou na aviação executiva, em 2002, a Embraer tem presença mais significativa no Brasil — que tem a terceira maior frota de jatos executivos do mundo — do que nos demais mercados. Cerca de 80% dos jatos fabricados pela Embraer têm como destino Estados Unidos e Europa e, em média, 10% das entregas ficam na América Latina incluindo México. O Brasil é o maior mercado da região.

No país, são 214 jatos em operação e a previsão é de mais crescimento, tendo em vista a recente aceleração das negociações. Para fazer frente ao crescimento projetado para a frota, a companhia acaba de duplicar a área útil de seu Centro de Serviços em Sorocaba (SP), mediante investimentos de R$ 10 milhões.

Tanto a maior demanda por táxi aéreo quanto o crescimento das empresas que atuam em propriedade compartilhada e a chegada de novos clientes a esse mercado, de bancos a grandes indústrias, de redes de varejo ao agronegócio, têm puxado as encomendas no país. "Todos estão se movendo", afirmou o executivo.

Em 2021, a Embraer foi responsável pela entrega de oito unidades de um total de 21 novos jatos matriculados no Brasil, com participação de mercado de 40%. Do volume total, 14 eram das categorias de atuação da empresa, o que resulta em fatia de mercado ainda maior, de 57%. Em 2020, essas participações estavam em 30% e 37%, respectivamente.

Conforme Teixeira, a aviação executiva se consolidou nos últimos anos como importante ferramenta de produtividade e foi impulsionada pela covid-19. "A aviação executiva passou a ser melhor percebida pelo mercado, vista como ferramenta de trabalho que traz domínio do tempo e destino", comentou. Em termos de acesso, por exemplo, enquanto as aeronaves comerciais conseguem atender a 120 ou 130 aeroportos brasileiros, os jatos executivos podem chegar a um número três vezes maior de aeroportos. A conectividade também é superior e os jatos mais modernos funcionam como verdadeiros escritórios.

O segmento também foi mais procurado globalmente à medida que a oferta de voos comerciais foi reduzida e por questões relacionadas a segurança sanitária, em meio ao avanço da covid-19.

Por ano, o mercado de jatos executivos movimenta US$ 18 bilhões e as entregas somam cerca de 700 unidades em todo o mundo. A Embraer, por sua vez, projeta entregas de 100 a 110 aeronaves a clientes no Brasil e em outros países em 2022, frente a um total de 93 unidades fornecidas em 2021.

A pandemia contribuiu para o crescimento da aviação executiva, mas o forte desempenho da Embraer no segmento de jatos leves e médios reflete também sua aposta desenvolvimento de novas gerações de aeronaves, primeiro com os Phenom e depois com os Praetor, disse Teixeira. "Esse é um mercado mais competitivo [que a aviação comercial], com oito categorias e dez fabricantes. Para se diferenciar, é preciso investir em inovação e serviços", afirmou.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Gustavo Teixeira, diretor de vendas da Embraer na América Latina: "Aviação executiva brasileira vive um novo normal, por causa da percepção de seu valor"

Leilão rodoviário de MG tem disputa judicial com MPF

Concessão

Taís Hirata
De São Paulo

Em um leilão conturbado e sem concorrência, o Consórcio Infraestrutura MG, formado pelo grupo Equipav e pela gestora Perfin, conquistou a concessão rodoviária do Lote Triângulo Mineiro. A sessão pública da licitação foi realizada pelo governo de Minas Gerais na tarde de ontem.

No entanto, a concessão ainda deverá enfrentar um imbróglio judicial com o Ministério Público Federal (MPF), que questiona os termos do edital. A Procuradoria chegou a conseguir uma decisão liminar para suspender o leilão, na manhã de ontem, poucas horas antes do evento. A decisão, assinada pelo juiz federal José Humberto Ferreira, determinou a intimação imediata da B3 para comunicar a suspensão do leilão.

Porém, o governo de Minas Gerais afirmou que não foi notificado e, portanto, deu continuidade ao processo. Como a B3, que de fato foi intimada, ficou impedida judicialmente de realizar a licitação, a equipe realizou a sessão pública em um escritório da Secretaria da Fazenda mineira, também no Centro de São Paulo.

"Chegamos à B3 e descobrimos que ela tinha sido notificada de que não poderia realizar o leilão. Não fomos notificados, não sabemos do conteúdo da decisão. Então pegamos o escritório do governo e realizamos aqui", disse o secretário de Infraestrutura, Fernando Marcato, após o evento.

No leilão, o consórcio da Equipav, que foi o único a fazer proposta pelo ativo, ofereceu valor de tarifa de R$ 11,48115, praticamente sem desconto em relação ao valor máximo definido em edital, de R$ 11,49397.

O grupo brasileiro Equipav, que é acionista da Aegea Saneamento, já chegou a atuar no setor de rodovias, mas havia saído do segmento. A Perfin também já opera no setor de infraestrutura, em energia e saneamento.

Apesar da falta de competição, Marcato considerou o resultado positivo, considerando o cenário desafiador do mercado hoje.

O bloco do Triângulo Mineiro reúne 627,4 km de estradas e prevê R$ 3,17 bilhões de investimentos. Para além da oferta, o vencedor terá que pagar R$ 446,68 milhões, destinados a um fundo estadual, com o objetivo de subsidiar outra concessão rodoviária do Estado, o Lote Sul de Minas.

O MPF vem questionando o Lote Triângulo Mineiro desde o ano passado. A Procuradoria defende que a BR-365, no trecho de 130 km entre Uberlândia e Patrocínio, deveria ser completamente duplicada, no prazo de até cinco anos. O edital da concessão prevê a duplicação de 36 km da via — valor que foi acordado com o próprio MPF, segundo Marcato.

"Apesar de termos tido conversas com a Procuradoria, ela insistiu na judicialização. Em que pese todos os estudos indicarem que não há necessidade de duplicação integral. Mas estamos tranquilos, a Advocacia do Estado está acompanhando", disse. "Tudo o que foi negociado foi cumprido pelo Estado. Acredito que o Tribunal Regional Federal vai entender isso e encerrar a ação."

Segundo o secretário, ao longo das conversas com o MPF, não foram apresentados estudos para contrapor o modelo do edital.

Na decisão obtida pelo MPF, o juiz federal determinou não apenas a suspensão do leilão como impediu que o BNDES libere qualquer linha de crédito para a concessionária do trecho.

Questionado sobre a realização da sessão pública fora da B3, o MPF preferiu não comentar. O consórcio vencedor não se pronunciou após a licitação.

Nesta sexta (12), estão marcadas outros dos leilões de concessões rodoviárias do governo mineiro: o Lote Sul de Minas e o Rodoanel de Belo Horizonte. Segundo Marcato, a expectativa é positiva e há ao menos dois grupos avaliando cada projeto. As ofertas deverão ser entregues amanhã.

GLADYSTON RODRIGUES/DIVULGAÇÃO

André Campos, vice-presidente da Emccamp: sem previsão para fazer o IPO

Emccamp Residencial prevê investir R$ 4,5 bilhões em dois anos no Sudeste

Imóveis

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A construtora mineira Emccamp Residencial, que atua sobretudo na área de empreendimentos residenciais econômicos, vai investir R$ 4,5 bilhões em dois anos, sendo R$ 1,5 bilhão neste ano. O recurso será usado para expandir a operação no Sudeste, onde mantém atuação em 16 cidades.

Até o fim do ano, a Emccamp vai lançar 1.871 unidades residenciais e comerciais no Rio de Janeiro, no Recreio dos Bandeirantes e no Porto Maravilha. Atualmente, o Valor Geral de Vendas (VGV) do banco de terrenos da Emccamp no Rio de Janeiro é de R$ 869 milhões.

"A empresa está muito animada com o Rio de Janeiro, onde a gente já entregou mais de 30 mil apartamentos. A meta é lançar R$ 1 bilhão em imóveis por ano na capital fluminense", afirmou o vice-presidente da Emccamp, André Campos. Até o fim de julho, a empresa já havia lançado R$ 750 milhões em imóveis.

A Emccamp atuava principalmente no extinto programa Minha Casa Minha Vida e no atual Casa Verde Amarela. A construtora tem feito lançamentos de imóveis com preços mais altos, financiados pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Os novos condomínios oferecem serviços mais sofisticados, como "cowork", pista de corrida, quadra de "beach tennis" e cinema a céu aberto.

"Casa Verde Amarela está completamente fora do escopo no Rio de Janeiro. Nos outros Estados há pouca coisa", disse Campos. Segundo o Sindicato da Habitação do Rio de Janeiro (Secovi Rio), a venda de imóveis residenciais no Estado recuou 11% no primeiro semestre, comparado a igual intervalo de 2021. Mas há áreas em crescimento, como Recreio dos Bandeirantes.

Campos disse que a Emccamp também fará lançamentos na região metropolitana de São Paulo, em Belo Horizonte e Contagem (MG) até o fim deste ano.

Fundada em 1977 por Régis Pinheiro de Campos, a construtora é controlada pelo fundador, com 42% de participação. Também são sócios Eduardo Campos (22,8%), Eduardo Filho (8,6%), André Campos (8,6%) e outros minoritários, todos da família.

Em maio de 2021, a Emccamp obteve registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para emissão de valores mobiliários na categoria B. "A gente abriu o capital porque entendeu que faz parte do processo de uma empresa madura. Mas como o momento não estava adequado por causa da pandemia, decidimos esperar a melhor janela de oportunidade para fazer o IPO [oferta pública inicial de ações]", afirmou Campos. De acordo com o executivo, não há prazo para isso.

Campos disse que a Emccamp tocava projetos com recursos próprios. Mas para suportar o crescimento acelerado, fez uma emissão de debêntures simples, em agosto de 2021, no valor total de R$ 150 milhões, com vencimento em 2024. A agência Standard and Poor's Global Ratings (S&P) atribuiu a nota de risco "A+" à Emccamp.

Segundo o executivo, os aumentos na taxa básica de juros (Selic) interferem pouco na demanda, já que o financiamento imobiliário não acompanha a evolução da Selic. Mas o aumento nos custos de matérias-primas pesou. "A Emccamp fez uma gestão de custo muito forte para compensar a alta de custos. Houve queda nas margens, mas tivemos lucro", disse.

No primeiro trimestre, a Emccamp atingiu a marca de 10.135 unidades produzidas simultaneamente, com VGV projetado de R$ 2,2 bilhões. O banco de terrenos somava R$ 5,45 bilhões. Campos disse que o banco está atualmente em R$ 6 bilhões. "Temos banco para dois a três anos de empreendimentos", disse o vice-presidente.

No trimestre, foram entregues 700 unidades em São Paulo, com VGV de R$ 97,3 milhões. A receita líquida aumentou 37,2%, para R$ 164,1 milhões. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) somou R$ 16,7 milhões, com alta de 9,7%. O lucro líquido cresceu 45,1%, para R$ 8,1 milhões. A margem líquida caiu 7,4 pontos percentuais, para 5%.

Para 2022, a Emccamp prevê atingir receita de R$ 800 milhões, subindo para R$ 1,2 bilhão no ano que vem. Em 2021, a receita somou R$ 724,8 milhões. O lucro foi de R$ 19,6 milhões.